

A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II: ENTRE O DESENCANTO E A ESPERANÇA

Faz quarenta anos, pouco depois da conclusão do Concílio Vaticano II, Karl Rahner pronunciava uma conferência em Munique com o título “O Concílio, um novo começo”. Iniciava fazendo algumas perguntas: Que aconteceu realmente na Igreja com o Concílio? Que vai acontecer agora? Em que situação nos encontramos? Que se pode esperar?

Quarenta anos depois, as perguntas mantêm a relevância. Naquela ocasião, o exímio teólogo, que indubitavelmente deu uma contribuição importante ao bom resultado do Concílio, afirmava que a Igreja, em relação ao Concílio, encontrava-se no começo do começo. A razão é óbvia. O Concílio propunha à Igreja “um novo começo”. O aggiornamento proposto à Igreja não consistia apenas numa modernização superficial para dar-lhe uma configuração mais atraente ou mais simpática diante do mundo moderno. Repensar o depositum fidei de forma que a mensagem cristã respondesse às esperanças do mundo moderno, como pedia João XXIII, não podia significar somente revestir de novo estilo literário as antigas verdades.

O diálogo do delegado apostólico Roncalli com líderes da Igreja ortodoxa, durante mais de vinte anos, os repetidos encontros do núncio apostólico em Paris com representantes de movimentos cristãos que tentavam a renovação da liturgia, da teologia, da hermenêutica bíblica, os diálogos com sacerdotes inseridos no mundo operário – aliados à constante recusa a todo carreirismo eclesiástico, testemunhada no seu “Diário da alma” – capacitavam-no para intuir as raízes profundas que tornavam o discurso da Igreja insignificante para um mundo que, na visão do papa João, “passava por mudanças tão grandes que se poderia dizer estar no limiar de uma nova era”. Como fazer que a novidade sedutora do Evangelho chegasse ao íntimo das consciências?

Não era apenas um sonho utópico. Como o próprio papa defendeu com humilde firmeza, tratava-se de uma inspiração do Espírito de Deus. Por isso, levada adiante, “com a graça de Deus”, na solidão institucional em que fora deixado, não só pela Cúria romana, mas por grande parte do episcopado, que, num primeiro momento, não parecia estar à altura da grande oportunidade histórica que o “humilde papa de transição” oferecia à Igreja. A “solidão institucional” de João XXIII, frisava o cardeal Lercaro, deve debitar-se “a todos nós”, à Cúria e aos episcopados.

O papa, contudo, não desistia de restituir ao episcopado o direito de abrir caminhos, em comunhão com o bispo de Roma, ao futuro da Igreja. Aberta a aula conciliar, o episcopado correspondeu às esperanças do Papa. A maior parte dos esquemas preparatórios, que estavam longe de responder aos objetivos enunciados por João XXIII para o Concílio, foi rejeitada pela assembléia episcopal. Na mente do papa, o Concílio não podia limitar-se à retomada meramente repetitiva das verdades dogmáticas definidas pelos Concílios anteriores, muito menos à condenação de erros, ou a acanhadas reformas de práticas litúrgicas e pequenos ajustes no direito canônico.

Três objetivos bem definidos aparecem nos discursos e nos documentos preparatórios do papa Roncalli para o Concílio: participação da Igreja na busca de uma humanidade melhor, apresentação da mensagem cristã de forma que apareça diante do mundo o esplendor do Evangelho, junto com a atualização das estruturas eclesiais, necessária para tanto, e a preparação dos espíritos para a unidade dos cristãos. Este era o sentido da “orientação pastoral” que o papa queria do Concílio. Não que caminhasse à margem dos conteúdos dogmáticos da fé, mas que estes, na sua integridade, fossem repensados para se tornarem significativos para o homem moderno.

E a ação do Espírito que, inesperadamente, tinha inspirado ao papa João a convocação do Concílio, manifestou-se, de modo surpreendente, em toda sua força no desenrolar do Concílio. Os pontos fundamentais da fé cristã foram repensados partindo da raiz: a perene e sempre atual autocomunicação de Deus através da sua Palavra, superando a concepção da Revelação como depósito morto e intocável das “verdades” da fé; a conseqüente autocompreensão da Igreja como comunhão de Igrejas locais, criada pela participação na vida divina, para o serviço diversificado da comunhão da humanidade toda nessa vida; e a possibilidade de conceber a unidade das Igrejas cristãs, não a partir de um modelo temporal, administrativo ou político, mas nascendo da imagem ideal de unidade, a unidade da Trindade. Unidade trinitária que será também a fonte de inspiração para o diálogo inter-religioso.

Com razão, Karl Rahner afirmava tratar-se de um novo começo, talvez comparável ao exigido pela inculturação da Igreja, nascida na Judéia, no mundo greco-romano. Por toda parte, naqueles dias conciliares, dentro e fora da Igreja faziam sentir-se os ares renovadores do Espírito. “Todos os dias os jornais estavam cheios de todos os debates da Igreja. A Igreja era vista de forma muito positiva, quando um bispo

debatia com outro e um cardeal contra outro. Isso não causava dano à Igreja, ajudava-a. Dava uma boa expressão de uma Igreja viva”, recordava o Cardeal Kasper (The Tablet, 6 July 2002).

O Concílio tornou-se aos olhos do mundo, palco de um novo estilo de governar a Igreja. A colegialidade dos Bispos, discretamente presididos pelo Bispo de Roma, fazia sonhar, também aos cristãos separados, na possibilidade de reencontrar a unidade diferenciada da Igreja dos primeiros séculos. A figura profética de João XXIII, através da maneira de presidir o Concílio, dissipava os temores de que a unidade da Igreja de Jesus Cristo viesse a significar a absorção das Igrejas pela Igreja católica romana.

A profecia se fez mais transparente nos últimos momentos da inesperada agonia do Papa, acompanhados com admiração por crentes e agnósticos do mundo inteiro. “Se houve um João, é que Deus existe”, foi uma das muitas frases significativas, ouvidas na praça de São Pedro, naquelas memoráveis horas de agonia do papa. Nesses últimos dias, em poucas palavras, resumia João o segredo do seu pontificado e do seu empenho no Concílio ecumênico: “Agora mais do que nunca, certamente mais do que nos séculos passados, estamos empenhados em servir o homem em quanto tal, e não só os católicos... Não é o Evangelho que muda. Nós é que começamos a compreendê-lo melhor... Quem esteve, como eu estive, vinte anos no Oriente, oito na França, e pôde confrontar várias culturas e tradições, sabe que chegou o momento de reconhecer os sinais dos tempos, de colher deles a oportunidade e deitar o olhar para longe”.

A Igreja recolheu essas “palavras-testamento” e se empenhou em levar adiante o Concílio, não sem tensões profundas entre aqueles que fizeram suas as palavras proféticas do papa João e os que se opunham tenazmente.

Mostrou-se isto na difícil eleição de Montini, mesmo após a união de forças dos que propunham o cardeal Lercaro, que no Concílio tinha postulado a volta da Igreja à pobreza evangélica, capaz de uma reforma da Igreja mais ousada, e dos que propunham Montini, também capaz de assegurar a continuidade do Vaticano II e em condições de obter a aliança do setor menos conservador da Cúria romana. No lado oposto estavam os ressentidos com a diminuição de poder da Cúria pela experiência de colegialidade episcopal vivida no Concílio: propunham Antoniutti, um diplomata ligado ao Opus Dei. Na tensão dos sucessivos escrutínios sem resultado, Montini esteve a ponto de declarar que retirava sua candidatura, mas foi impedido pelo cardeal que estava ao seu lado. Logo depois, ao sair da capela Sixtina, confidenciava ao Cardeal König: “Espero que os sufrágios já não irão no sentido de minha eleição. Estou agora na noite, na escuridão. Estou na noite! Mas estou certo de que aquele que for eleito deverá seguir o caminho do papa João”.

O Concílio, sob a presidência prudente e estratégica de Paulo VI, seguiu seu curso e foi capaz de propor à Igreja o aggiornamento ousado do papa João. Ousado porque significava a volta radical à soberania do Evangelho, em nome da qual propugnava uma reforma da Igreja, de há muitos séculos desejada, e porque punha

o ser humano, a sua libertação integral como razão de ser da própria Igreja, como resumia o próprio João XXIII no seu testamento espiritual.

Sobejamente conhecido é o custo de sofrimentos e perplexidades que Paulo VI teve que suportar, apesar de sua prudência e moderação, para iniciar as reformas propostas pelo Concílio e evitar os riscos de uma ruptura. Porque se admirar, se a morte na cruz foi o preço que o próprio Cristo teve que pagar às instituições religiosas e políticas do seu entorno, pelo anúncio da boa nova da libertação dos pobres? O aggiornamento conciliar, ao propor ao povo de Deus, como objeto de sua missão, a libertação do homem crucificado de nossos dias, seja qual for sua pertença religiosa, classe social, raça ou país, não pôde menos de suscitar o escândalo e a indignação, dentro e fora de seus quadros, dos que associam religião e poder, política e poder, dinheiro e dominação. Foi fácil, a quantos não compreenderam a volta ao Evangelho propugnada pelo Concílio, acusar a Igreja de negar a dimensão “vertical” num “horizontalismo terreno”. E a opção pela renovação conciliar teve seus mártires, que deram a vida, não já para defender a instituição eclesial, mas simplesmente para defender o ser humano.

Como estranhar que recepção do aggiornamento do Vaticano II, acolhido por muitos, num primeiro momento, com simpatia e entusiasmo, provocasse a partir dos anos setenta, em todos os níveis da instituição eclesial, a militância consciente e planejada que recebeu o nome de “restauração”? É inegável, contudo, que em muitos cristãos, também em todos os níveis da instituição eclesial, leigos e leigas, religiosos e religiosas, padres, bispos, também cardeais, comprometidos todos eles com a fé e a justiça, a renovação conciliar calou fundo, e se converteu em “carne e sangue” de suas vidas, podendo configurar uma verdadeira recepção do Concílio.

No entanto fica em pé a observação de Karl Rahner: a recepção, pela Igreja, apesar do caminho já andado, está no começo do começo. A proposta conciliar de Reforma abrange a configuração global da Igreja e por isso é um desafio à conversão da Igreja, como um todo. Em nível teórico ou doutrinal poderia falar-se de uma recepção ou ao menos aceitação da doutrina conciliar. Que o próprio papa atual reconheça a necessidade de reformulação da forma de exercer o primado e peça sugestões nesse sentido, como o fez na encíclica “Ut Unum sint”, é um indício disso.

Mas só haverá verdadeira e plena recepção quando a Igreja se tornar capaz de modificar a configuração das estruturas institucionais. Para tanto o caminho a percorrer ainda é longo, mas possível e inevitável para a sobrevivência da Igreja de Jesus Cristo, como é inevitável a opção pelo Evangelho. Muitos dirão: o aggiornamento foi um sonho utópico, agora é preciso voltar a pisar no chão da realidade. Chegou a hora do desencanto. Acontece, porém, que o aggiornamento conciliar, aprovado pela assembleia episcopal presidida pelo Papa e confirmado pelos papas que sucederam João XXIII não é para a Igreja um caminho opcional, é exigência da fidelidade à fé. Se for difícil, porque supõe a conversão da Igreja em todos os seus níveis, é irrenunciável. É um caminho aberto à esperança e

proposto à oração. O Espírito que o inspirou irá mostrando os meios de sua realização.

Procurar a unidade da Igreja de Jesus Cristo – Ut unum sint, foi uma das últimas súplicas do papa João na sua agonia – é um caminho obrigatório para todas as Igrejas cristãs. João Paulo II o tem afirmado insistentemente. Mas para que o imperativo das consciências se torne realidade terá que chegar à transformação das instituições. A renúncia simbólica do Papado à tiara deverá concretizar-se na libertação do que ela significa: o Estado do Vaticano e o sistema político conexo com ele. Se um dia esse sistema pareceu necessário à Igreja romana para manter sua independência frente aos poderes políticos, hoje há muitas outras figuras jurídicas para isso. E certamente é ilusão pensar que sem renúncias dessa ordem poderá chegar-se a uma união das Igrejas cristãs que não suponha dominação de uma delas sobre as outras.

Parte da hipertrofia absolutista do papado é ainda o fato de que sua eleição seja feita pelo colégio cardinalício, nomeado pelo próprio papa, e não por representantes dos episcopados nacionais, que corresponderia melhor à figura neotestamentária da função de Pedro no Colégio apostólico. Muitos desejariam a convocação de um novo Concílio, agora já verdadeiramente ecumênico, no qual participariam como membros todas as Igrejas cristãs do Oriente e do Ocidente. Mas talvez se deva pensar que, se antes disso não forem dados certos passos mais corajosos na Igreja romana para tornar efetiva a colegialidade episcopal e a sinodalidade do Povo de Deus, solenemente proclamadas no Vaticano II, o Concílio poderá levantar mais conflitos do que trazer soluções.

Na carta Orientale Lumen (2-05-1995) João Paulo II, após ter exaltado a exemplaridade do modelo plural das Igrejas orientais, lembrava à Igreja a necessidade da conversão: “É urgente que se tome consciência desta gravíssima responsabilidade: hoje podemos cooperar para o anúncio do Reino ou tornar-nos fautores de novas divisões. O Senhor abra os nossos corações, converta as nossas mentes e nos inspire passos concretos, corajosos, capazes, se for necessário, de romper com lugares-comuns, fáceis resignações ou posições de impasse. Se quem deseja ser primeiro é chamado a tornar-se servo de todos, então do ímpeto dessa caridade ver-se-á crescer o primado do amor. Peço ao Senhor que inspire, antes de mais, a mim próprio e aos Bispos da Igreja Católica, gestos concretos como testemunho dessa certeza interior”.

Diante de palavras como essas, em perfeita consonância com as declarações do concílio Vaticano II, surge, dilacerante, a pergunta: o que está impedindo que tantos bons propósitos, inspirados na eclesiologia de comunhão, se traduzam nas reformas institucionais necessárias para que se possa falar em verdadeira recepção do Concílio?

Em todo caso uma coisa aparece cada vez com mais clareza a quantos se deixaram guiar pelo espírito do Concílio: Neste momento da história, de mudanças vertiginosas, de exaltação da liberdade, em que afirmações autoritárias apoiadas no poder

perdem cada vez mais crédito, a Igreja de Jesus Cristo só reencontrará a força do Evangelho, seguindo o caminho kenótico, de extremo despojamento, de Aquele que, “apesar de sua condição divina, não fez alarde de ser igual a Deus, mas esvaziou-se de si e tomou a condição de escravo, fazendo-se semelhante aos homens. E mostrando-se em figura humana, humilhou-se, tornou-se obediente até a morte, morte de cruz”(Fl 2, 5-8).

A dificuldade para a recepção do Concílio reside aí. Mas aí está também a fonte da esperança. É um apelo à conversão que deve entranhar-se na Igreja em todos os seus níveis. A responsabilidade é de todos.